

A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MINAS GERAIS: PERSPECTIVAS DA GESTÃO PEDAGÓGICA DE UM CURSO DA UAB - UEMG

Thatiane Santos Ruas ¹
Camila Jardim de Meira ²

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência sobre a implementação de um curso de graduação na modalidade a distância ofertado pela Universidade Aberta do Brasil em parceria com Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibirité. O objetivo central é apresentar algumas perspectivas geradas no percurso de um curso de Pedagogia EaD em seis municípios do interior de Minas Gerais, sob a ótica de professoras e gestoras do referido curso. A abordagem metodológica é a pesquisa qualitativa em Educação e tem como procedimentos a revisão de literatura e análise documental. A educação a distância é uma modalidade de educação (Lei nº 9.394 de 1996) que tem se ampliado de forma exponencial no Brasil (Cruz; Lima, 2019), especialmente no tocante aos cursos de licenciatura voltados para a formação docente. Não obstante aos desafios engendrados pelas variações de ofertas, sobretudo no que tange às iniciativas mercadológicas (Bielschowsky, 2020), os cursos de graduações a distância cumprem papel fundamental para o atendimento de demandas formativas presentes nos interiores brasileiros onde não há a presença física de universidades públicas. É válido destacar que é por meio da educação à distância que muitos sujeitos conseguem ter acesso ao direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988 (Rocha, 2013). Nesse sentido, a coordenação do curso e direção da Unidade Acadêmica gestora do curso, observaram, ao longo de quatro anos de implementação da referida licenciatura: a) mobilização econômica e social dos(as) estudantes; b) estabelecimento de parcerias entre a universidade e as secretarias de educação dos municípios atendidos; c) a viabilização de propostas para oferta de pós-graduações, entre outros fatores. Tais elementos possibilitam inferir que o curso em tela desempenhou papel relevante e trouxe perspectivas promissoras para o processo de democratização da Educação Superior e para a promoção de formação qualificada para docentes e discentes dos interiores mineiros.

Palavras-chave: Educação a distância, Gestão acadêmica, Pedagogia, Universidade Aberta do Brasil, Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito social fundamental assegurado à todas as pessoas pela CF/88 (BRASIL, 1988). Em razão da relevância do mencionado direito, foi determinado pelo texto constitucional que é “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 1988).

¹ Doutora em Educação. Coordenadora e professora do Curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ibirité. thatiane.ruas@uemg.br;

² Doutora em Educação. Diretora da Unidade Acadêmica de Ibirité da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e professora do curso de Pedagogia EaD, UAB-UEMG. camila.meira@uemg.br.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996, a Educação escolar no Brasil é dividida em dois níveis, quais sejam a Educação Básica e a Educação Superior, compondo um complexo sistema educacional que deve ser expandido a todas as pessoas, de modo a contribuir com a formação para a vida, para o trabalho e para o exercício da cidadania plena.

Nota-se que são necessárias legislações e políticas públicas diversas para atender às especificidades de sujeitos e tempos de aprendizagens da população brasileira. Além disso, é importante considerar a dimensão territorial do país e a diversidade de contextos geográficos e o desenvolvimento social de cada região brasileira. Nesse contexto, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, foi criada para fomentar “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006).

Mais tarde, com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre a regulamentação do artigo 80 da LDB nº 9.394 de 1996, observa os seguintes dispositivos (BRASIL, 2017):

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Nota-se que o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 “possibilitou um crescimento significativo da EaD, pois, pela primeira vez, a modalidade passou a ocupar lugar de destaque em políticas educacionais, tornando-se, inclusive, política de Estado” (Cruz; Lima, 2019, p. 9). A EaD, em razão de necessitar de menos investimentos e de alcançar estudantes, independentemente da localização geográfica, passa a ser um ramo

interessante para as instituições privadas desenvolverem as suas atividades (Cruz; Lima, 2019).

Apesar do crescente número de alunos(as) matriculados(as) na modalidade EaD no âmbito privado, o mesmo aumento dos números não é registrado na educação pública, em que “percebe-se um aumento até 2012 e um decréscimo entre 2013 e 2016” (Cruz; Lima, 2019, p. 10). O decréscimo é “justificado pela falta de edital da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no período, principal sistema de financiamento da EaD superior e pública no país” (Cruz; Lima, 2019, p.10). No entanto, o cenário se modifica, pois “entre 2016 e 2017, o número de estudantes matriculados nessa categoria administrativa voltou a aumentar, sendo o maior avanço em um ano desde 2007: 17,6%” (Cruz; Lima, 2019, p.10).

Verifica-se que junto ao decréscimo dos(as) discentes na EaD pública (2013-2015) também houve a redução do número dos cursos da mencionada modalidade. O cenário nas instituições privadas já foi o inverso, as matrículas registradas aumentaram, assim como a oferta de cursos no âmbito da EaD. O cenário divergente (aumento/redução) entre a Ead pública e privada se modifica em 2017, momento em que é registrado um crescimento do número de cursos e alunos matriculados, tanto no âmbito privado como no público (Cruz; Lima, 2019).

As mobilizações nesse cenário histórico possibilitam

[...] percebemos que a estratégia do MEC é ampliar a oferta de ensino superior para atingir a meta 12 do Plano Nacional de Educação 2014/2024, que exige elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior em 50% e a taxa líquida em 33% da população de jovens entre 18 e 24 anos. Porém, ao facilitar a oferta, há uma tendência de desregulação da modalidade, o que poderá resultar em queda da qualidade (Cruz; Lima, 2019, p. 13).

A lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação, PNE (2014-2024), traz algumas metas a serem cumpridas no âmbito da EaD: 12.1, 12.2 e 12.4. De acordo com o PNE (2014-2024), a meta 12.1 se refere ao aprimoramento físico (estrutural) e pessoal (equipe) “das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação” (BRASIL, 2014).

A meta 12.2 visa:

ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e

mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional (BRASIL, 2014)

E a meta 12.4 pretende estimular prioritariamente a formação de docentes para a Educação Básica por meio da educação superior pública, objetivando também atender as demandas específicas da área da educação, diante da escassez de profissionais da educação qualificados (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, a Universidade Aberta do Brasil, a partir de seu sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos superiores por meio da EaD, prioritariamente, para a formação inicial e continuada de professores(as) da Educação Básica, assim como, dirigentes, gestores e demais profissionais da Educação de Estados, municípios e do Distrito Federal, vem expandindo seu leque de abrangência. Atualmente, o Sistema UAB conta com 109 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), ofertando 800 cursos em 771 polos.

A UAB, portanto, atua em parcerias com Universidades públicas em todo o Brasil com intuito de expandir a Educação Superior pública e gratuita. Entre essas instituições, destaca-se a Universidade do Estado de Minas Gerais, que, em sua constituição *multi campi*, possui vinte e duas unidades acadêmicas distribuídas pelas várias regiões do Estado de Minas Gerais, contemplando Belo Horizonte e outras 19 nas cidades, ofertando 156 cursos na modalidade presencial e 5 cursos na modalidade a distância. Entre os cursos ofertados na modalidade a distância, destaca-se, nesse estudo, o curso de Pedagogia da UEMG, Unidade Ibirité, que é ofertado em seis municípios de Minas Gerais, a saber: Carandaí, Jaboticatubas, Frutal, Nanuque, Taiobeiras e Ubá.

A educação a distância é uma modalidade de educação (Lei nº 9.394 de 1996) que tem se ampliado de forma exponencial no Brasil (Cruz; Lima, 2019), especialmente no tocante aos cursos de licenciatura voltados para a formação docente. Não obstante aos desafios engendrados pelas variações de ofertas, sobretudo no que tange às iniciativas mercadológicas (Bielschowsky, 2020), os cursos de graduações a distância cumprem papel fundamental para o atendimento de demandas formativas presentes nos interiores brasileiros onde não há a presença física de universidades públicas. É válido destacar que é por meio da educação à distância que muitos sujeitos conseguem ter acesso ao direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988 (Rocha, 2013). Além do acesso, destaca-se a atuação das instituições de educação superior públicas tanto para proporcionar esse acesso, quanto para promover uma educação superior de qualidade.

O presente relato de experiência versa sobre a implementação do referido curso de Pedagogia, na modalidade a distância, ofertado pela Universidade Aberta do Brasil em parceria com Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Ibitaré, em sua primeira oferta que foi no período de 2020 a 2024. O objetivo central é apresentar algumas perspectivas geradas no percurso do Pedagogia EaD em seis municípios do interior de Minas Gerais, sob a ótica de professoras e gestoras do referido curso. A abordagem metodológica é a pesquisa qualitativa em Educação e tem como procedimentos a revisão de literatura e análise documental.

Tendo em vista a atuação da Universidade pública, gratuita e de qualidade, foram, observadas, ao longo do período citado de implementação da referida licenciatura: a) mobilização econômica e social dos(as) estudantes; b) estabelecimento de parcerias entre a universidade e as secretarias de educação dos municípios atendidos; c) a viabilização de propostas para oferta de pós-graduações, entre outros fatores. Tais elementos possibilitam inferir que o curso em tela desempenhou papel relevante e trouxe perspectivas promissoras para o processo de democratização da Educação Superior e para a promoção de formação qualificada para docentes e discentes dos interiores mineiros.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo ancora-se na pesquisa qualitativa em Educação (André, 2001; Gatti, 2001, 2007). Os procedimentos adotados perpassam a revisão de literatura e a pesquisa documental (Gil, 2011). Além disso, trata-se de um relato desenvolvido a partir das experiências de duas professoras e gestoras do curso de Pedagogia na modalidade a distância da UEMG, Unidade Ibitaré, considerando o período de implementação do curso, qual seja, de 2020 a 2024. Nesse sentido, os eixos de análise, observados ao longo de mais quatro anos de implementação da referida licenciatura, foram: a) mobilização econômica e social dos(as) estudantes; b) estabelecimento de parcerias entre a universidade e as secretarias de educação dos municípios atendidos; c) a viabilização de propostas para oferta de pós-graduações, entre outros.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS: APONTAMENTOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE UM CURSO DE PEDAGOGIA EAD

A possibilidade de formação de profissionais em cursos na modalidade de EaD, por meio do Sistema UAB, vem contribuindo para a expansão e democratização do

ensino superior público, funcionando como um eficaz instrumento para a universalização do acesso à universidade. A flexibilidade e a possibilidade de inclusão dessa modalidade de ensino no âmbito educacional brasileiro são alguns dos pilares que garantem a afirmação da Educação a Distância para o desenvolvimento social frente às diversidades regionais em Minas Gerais (PDI, UEMG, 2023).

Considerando a necessidade da formação de pedagogos, a Unidade Ibirité da UEMG, em parceria com a UAB, ofertou 2010 vagas para o Curso de Pedagogia – Licenciatura na modalidade a distância em seis polos, são eles Carandaí, Frutal, Jaboticatubas, Nanuque e Taiobeiras, sendo trinta e cinco vagas em cada polo.

A equipe composta para atender ao público citado consiste em: professores(as), um(a) tutor(a) a distância por turma, um(a) tutor(a) presencial em cada polo, um(a) coordenador(a) de polo em cada município onde o curso acontece, estagiários(as), colegiado de curso, coordenação de colegiado de curso, equipe multidisciplinar, que cuida da parte do ambiente virtual, como designer gráfico, visual, entre outros profissionais.

O curso iniciou no mês de fevereiro do ano de 2020, um mês antes de ser decretada a pandemia da COVID-19, a qual trouxe diversos impactos para todos os setores sociais, especialmente a educação formal (Cabral; Ruas, 2021). No contexto da vigência da pandemia da COVID-19, toda a organização, dos encontros presenciais, foi revista, tendo em vista os protocolos de distanciamento social, e outras estratégias foram adotadas para garantir a aproximação entre estudantes, docentes, coordenação e demais profissionais da equipe da EaD da universidade. Uma das formas adotadas, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade a distância, foram os encontros síncronos, os quais se tornaram recursos de garantia da interação em tempo real, das atividades do curso.

Observa-se que as plataformas digitais que foram utilizadas para interação no ambiente escolar, como o *teams* e o *meet*, no percurso de vivência da pandemia da COVID-19 tiveram seus usos mantidos, não mais no contexto de ensino remoto emergencial, mas como possibilidades de potencializar a educação escolar e o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo na modalidade de educação a distância, em que as tecnologias digitais de informação e comunicação possuem lugar privilegiado, já que a EaD acontece em ambientes virtuais e, nesse caso, foi expandido para além da plataforma *moodle*.

Nessa direção, a oferta do curso de Pedagogia na modalidade a distância instiga a potencialização do uso de tecnologias de educação à distância, sustentada por uma abordagem pedagógica, ao mesmo tempo flexível e consistente, de base sócio - interacionista, que reconhece e considera os educandos como sujeitos ativos de sua formação e desenvolvimento intelectual.

Depreende-se desse contexto, que o(a) professor(a) é o(a) mediador(a) do processo de construção de conhecimento, pois a educação a distância é regida tanto pela intencionalidade, como por um planejamento rigoroso no que tange ao processo de ensino-aprendizagem. Primeiramente tem-se a intencionalidade demarcada pela concepção de educação que envolve o projeto pedagógico do curso e, por fim, o planejamento que assume papel fundamental em todo o processo de ensino - aprendizagem que norteará e, ao mesmo tempo, sustentará as ações propostas.

Considerando este contexto, foram delineadas algumas demarcações para este trabalho: a) mobilização econômica e social dos(as) estudantes; b) estabelecimento de parcerias entre a universidade e as secretarias de educação dos municípios atendidos; c) a viabilização de propostas para oferta de pós-graduações, entre outros.

A mobilização econômica e social dos(as) estudantes diz respeito à busca e acesso oportunidade de geração de renda e, por consequência, do usufruto de bens e serviços disponíveis na sociedade de forma mais qualificada, propositiva e criativa. Tal fator também implicou e maior comprometimento com o curso. Podem ser citadas algumas ações que facilitaram esse processo, como os estágios remunerados, o Programa de Ensino de Monitoria Acadêmica (PEMA) remunerada da UEMG, as possibilidades de bolsas de fomento financeiro para participação de programas de pesquisa e extensão da universidade, as bolsas de auxílio estudantil, viabilizadas por meio de editais do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), entre outras possibilidades observadas, continuamente, no decorrer do curso.

Vale frisar o número significativo de estudantes que ingressaram na carreira docente, por meio de concursos públicos e em programas de pós-graduações *stricto sensu*, algumas pessoas, inclusive tiveram que solicitar antecipação de colação de grau para assumir tais compromissos. Desse modo, podem ser percebidas mobilizações que geram transformações tanto para os indivíduos, quando para os grupos a que pertencem.

Outro fator salientado neste relato é o estabelecimento de parcerias entre a universidade e as secretarias de educação dos municípios atendidos. No período de implementação do curso de Pedagogia, houve uma significativa articulação entre

secretarias municipais. A princípio, os dirigentes dos municípios realizam uma parceria com a UAB para oferta de cursos e ela acontece por meio de disponibilização de espaços e condições para o desenvolvimento do curso. Além disso, há uma coordenação de polo e um(a) tutor(a) presencial para organizar e acompanhar as atividades acadêmicas presenciais dos(as) estudantes nos respectivos polos. Para além dessa estrutura, o curso despertou interesse pelas secretarias municipais, tanto pelo fato de vislumbrar a inserção de profissionais qualificados na Educação Básica, quanto pelo fato de a universidade poder viabilizar formações continuadas e intervenções pedagógicas junto às redes de ensino públicas. Esse contexto demonstra o potencial que a universidade possui de cumprir o seu papel junto à sociedade.

Por sua vez, foi observada também a viabilização de propostas para oferta de pós-graduações. Uma das necessidades identificadas no percurso de implementação do curso, principalmente no ano de 2023, foi a demanda pela formação continuada em nível de pós-graduação. Nas reuniões, nas solicitações de estudantes, nos encontros síncronos, nos encontros presenciais havia um apelo à continuidade de oferta de cursos de especializações *lato sensu*. As demandas foram levadas a conhecimento dos gestores da UAB da UEMG. Na oportunidade, foram enviadas propostas de cursos de pós-graduações entre as quais foram contempladas duas, uma que tratará da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e outra que abordará a Educação para as relações étnico-raciais na Educação Básica. Observa-se que a implementação do curso de Pedagogia nos polos propiciou o despertar pela formação docente ao longo da carreira. Essas iniciativas são imprescindíveis à democratização da Educação Superior no país e, principalmente, para a qualificação dos(as) profissionais que estão inseridos(as) em escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas das autoras desse texto, gestoras do curso de Pedagogia em tela, apontam que a articulação de ações em um curso de licenciatura em Pedagogia ofertado pela UEMG, Unidade Ibirité, em parceria com a UAB, pode se mostrar extremamente potente na transformação de territórios, de contextos sociais, de sujeitos e grupos outrora não atendidos pelo sistema público, gratuito e de qualidade no que tange ao acesso à formação escolar da Educação Superior, especialmente a formação docente.

A mobilização econômica e social dos(as) estudantes, o estabelecimento de parcerias entre a universidade e as secretarias de educação dos municípios atendidos e a

viabilização de propostas para oferta de pós-graduações são alguns dos indicativos observados durante a implementação do curso de Pedagogia, os quais trazem pontos positivos a serem reforçados e ampliados em outras ofertas do curso. Soma-se a esses fatores, a estrutura de funcionamento dos cursos na modalidade a distância da UAB, com equipe ampla e com restrições ao atendimento do número de estudantes, como é o caso dos tutores a distância, que atuam junto à apenas uma turma, a qual é constituída por volta de até trinta e cinco estudantes.

Não obstante aos desafios, há caminhos promissores para a democratização da Educação Superior nos interiores de Minas Gerais. Para tanto, é necessário que a gestão pedagógica e administrativa da Universidade, em todos os níveis, seja nos órgãos superiores da UAB e UEMG, seja no contexto da Unidade Acadêmica e na gestão do curso em específico estejam articuladas, trabalhando juntas em prol da viabilização de processos de escuta, encaminhamentos e implementação de ações imprescindíveis ao desenvolvimento das formações ofertadas. Considera-se, no caso específico deste relato, que essa articulação tem ocorrido de modo adequado.

Por fim, considera-se pertinente a ampliação de novas pesquisas sobre a oferta de cursos na modalidade a distância por meio da UAB, no sentido de trazer ao cenário das investigações científicas e das políticas públicas os processos de implementação de cursos nos interiores da regiões brasileiras, bem como reflexões sobre as potencialidades e desafios da democratização da Educação Superior no país.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Universidade do Estado de Minas Gerais pelo apoio financeiro e fomento da formação docente qualificada.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 51-64, julho de 2001.

BIELSCHOWSKY, CARLOS EDUARDO. **Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* [online]. 2020, vol.36, n.1, pp.241-271. Epub 27-Jul-2020. ISSN 2447-4193.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 15 junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 2014.** Institui o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 06 de agosto de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 30 out. 2024.

CABRAL, Sabrina A. B., RUAS, Thatiane S. O direito a educação em tempos de pandemia da COVID-19: acessibilidade, disponibilidade e adaptabilidade ao ensino remoto. *Sapiens: Revista divulgação científica UEMG*, Carangola, v. 3, n. 1 jan.- jun. 2021 – p. 148 – 158. ISSN – 2596-156X. Carangola, MG.

CRUZ, Joseany Rodrigues; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. *J. Pol. Educ-s*, Curitiba, v. 13, e64564, 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692019000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 20 de abril 2024.

GATTI, B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: LíberLivro Editora, 2007.

GATTI, B. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 65-81, julho de 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo:Atlas, 2011.

MINAS GERAIS. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL UEMG, 2023/2027.** 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/component/phocadownload/category/2352-plano-de-desenvolvimento-institucional-2023-2027>. Acesso em 12 junho de 2024.